

GIOVANA CUNHA COMIRAN

*Advogada. Doutora em Direito Comercial
pela Universidade de São Paulo (USP).
Mestre em Direito Privado pela Universidade
Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

Os Usos COMERCIAIS

DA FORMAÇÃO DOS TIPOS À INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS CONTRATOS

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2019
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

GIOVANA CUNHA COMIRAN

Os Usos Comerciais: Da Formação dos Tipos à Interpretação e Integração dos Contratos
São Paulo: Quartier Latin, 2019.

ISBN 978-85-7674-562-4

1. Direito Comercial 2. Usos Comerciais 3. Contratos Mercantis I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Antonio Marcos Cavalheiro

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

1163869

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	9
Apresentação por Judith Martins-Costa.....	15
Prefácio por Erasmo Valladão.....	19

Introdução, 23

I. Premissas, 33

1. Contexto histórico do tratamento dos usos no sistema legal brasileiro recente: o Código Civil Brasileiro e a unificação parcial da disciplina do direito privado obrigacional.....	35
2. A disciplina dos usos no sistema legal brasileiro atual.....	42

II. Os Múltiplos Significados e as Diferentes Dimensões dos Usos, 74

3. Distinções e aproximações fundamentais: as diferentes acepções sobre as práticas comerciais de interesse jurídico	49
3.1. Os usos particulares ou práticas das partes.....	53
3.2. Regras costumeiras	61
a) Teoria tradicional.....	63
b) Teoria da escola histórica (pandectista).....	65
c) Teoria jurisprudencial	67
d) Resumo das ideias e os três problemas fundamentais.....	72
3.3. Usos comerciais.....	76
3.3.1. Esclarecimento preliminar: usos do local, usos do setor, usos profissionais, usos do comércio, usos do tráfico, usos consensuais e usos regra.....	78
3.3.2. Os usos comerciais compreendem cláusulas de estilo, contratos-tipo, glossários, mas não são só isso	80
3.3.3. Usos convencionais (interpretativos) vs. usos-regra (prescritivos ou obrigatórios)	81
3.3.4. Críticas à dicotomia	92
4. Usos como fenômeno poliédrico. A natureza jurídica e as diferentes dimensões funcionais dos usos	106
4.1. A possibilidade de prescrição de condutas pela atuação dos usos comerciais.....	111
4.1.1. A geração espontânea de usos comerciais é suficiente para justificar sua prescritividade?	111
4.1.2. A atuação dos usos mediante formação de modelos jurídicos.....	117
4.1.3. O princípio da confiança como orientador dos modelos jurídicos fundados em usos comerciais.....	121
4.2. Usos comerciais são fato ou são norma?.....	137

4.3. Diferentes funções desempenhadas pelos usos comerciais	141
---	-----

III. Os Usos como Formadores de Tipos Contratuais, 149

5. A noção de tipo jurídico e a formação de tipos sociais de contratos.....	151
5.1. Os modelos contratuais como tipo jurídico: o tipo jurídico-estrutural e tipo-frequência	152
5.2. Os usos como standardizadores e renovadores do sistema contratual: os tipos sociais de contrato entre a tipicidade social, a tipicidade legal e a atipicidade	161
5.3. Usos comerciais e tipos sociais de contratos entre a espontaneidade e as forças do mercado: a força das instituições setoriais	168
6. Os usos comerciais como regramento jurídico de contratos socialmente típicos	177
6.1. Em busca do regramento jurídico dos contratos socialmente típicos. Qualificação dos contratos, o método tipológico e os índices de tipo	177
6.2. A circulação de modelos contratuais e a sua adaptação entre o regramento usual e o nacional	191

IV. Os Usos na Interpretação e na Integração (ou Interpretação Integrativa) dos Contratos Mercantis, 203

7. O papel dos usos na interpretação e na integração dos contratos.....	205
7.1. O processo de interpretação e de integração dos contratos	206
7.2. O papel dos usos na interpretação e na integração em alguns modelos normativos	216
7.2.1. Usos na CISG	217
7.2.2. Usos nos Princípios do UNIDROIT	223
7.3. A regras clássicas de interpretação e os usos no Código Comercial de 1850...226	
7.4. Critérios para a aplicação dos usos na interpretação e na integração de contratos	229
7.4.1. Os usos se aplicam por presunção	232
7.4.2. Pré-compreensão: necessidade de uma pré-qualificação do contrato e a interpretação e integração pelos usos.....	234
7.4.3. Âmbito de aplicação dos usos. Análise das circunstâncias e padrão do homem ativo e probo	238
7.4.4. Possibilidade de exclusão da aplicação dos usos por disposição contratual. ...242	
7.4.5. Prevalência da vontade. Regra de solução de conflito entre usos e práticas das partes	245
7.4.6. Boa-fé e usos comerciais	247
7.4.7. Aplicação dos usos em decorrência de remissão legal	251
7.4.8. Diferença entre a integração pela lei dispositiva e pelos usos.....	253

8. Os usos na sua dupla função interpretativa e integrativa. Análise de julgados brasileiros.....	256
8.1. Esclarecimento do significado segundo os usos	256
8.2. Usos em suas funções prescritivas	267
8.2.1. Usos como integradores de lacunas volitivas	270
8.2.2. Usos indicadores da formação do vínculo	280
8.3. A questão da prova dos usos comerciais.....	283
8.4. Proposta para a funcionalização da interpretação e da integração dos contratos conforme os usos no sistema legal brasileiro atual.....	294

Síntese Conclusiva, 297

Referências, 303